

# Cadernos Teologia Pública



## O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica Alguma coisa mudou?

Michael G. Lawler e Todd A. Salzman

ISSN 1807-0590 (impresso) • ISSN 2446-7650 (Online)  
ano XVII • número 150 • volume 18 • 2021

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

## **O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica**

### **Alguma coisa mudou?**

#### **Resumo**

Este ensaio pergunta-se se algo doutrinal ou moral mudou na Igreja Católica durante o pontificado do Papa Francisco. Para responder a essa questão, consideramos os seus ensinamentos sobre igreja, prática pastoral, ética social e sexual e mudança climática. A nossa resposta é que Francisco não alterou nada em termos doutrinários, mas transformou seriamente a abordagem pastoral da Igreja junto aos católicos e as questões morais que os afligem.

# **O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica**

## **Alguma coisa mudou?**

**Prof. Dr. Michael G. Lawler**

Professor emérito de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

**Prof. Dr. Todd A. Salzman**

Professor emérito de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

Tradução: Isaque Gomes Correa

**Cadernos Teologia Pública** é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

#### UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

**Reitor:** *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

**Vice-reitor:** *Pedro Gilberto Gomes, SJ*

#### Instituto Humanitas Unisinos

**Diretor:** *Inácio Neutzling, SJ*

**Diretor Adjunto:** *Lucas Henrique da Luz*

**Gerente administrativo:** *Nestor Pilz*

[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

#### Cadernos Teologia Pública

Ano XVII – Vol. 18 – Nº 150 – 2021

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling

**Conselho editorial:** MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PU-CRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, ESTRS, doutor em Teologia.

**Responsáveis técnicos:** Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues.

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Imagem da capa:** Patrícia Kunrath Silva

**Editoração:** Ricardo Machado e Guilherme Tenher Rodrigues

**Tradução:** Isaque Gomes Correa

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. – v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014). ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil  
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467  
Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

## **O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica Alguma coisa mudou?**

Michael G. Lawler

Professor emérito de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

Todd A. Salzman

Professor emérito de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

### **Modelos de Igreja hierárquico e de comunhão**

Antes do Concílio Vaticano II, uma abordagem impunha-se incontestavelmente na Igreja. Era uma abordagem hierárquica que afirmava oferecer normas teológicas intemporais para uma Igreja intemporal. Revelou-se que o problema com esta abordagem hierárquica intemporal no século XX foi que ela não era suficientemente intemporal, tanto em termos históricos quanto em termos teológicos. Ela não pôde se firmar como a teologia oficial de uma igreja que veio a ser reconhecida como completamente condicionada pelo tempo. O escândalo mundial de abuso sexual clerical e o seu acobertamento episcopal demonstraram que muitos dos maiores inimigos dos ensinamentos de Jesus eram aqueles que diziam ser os seus guardiões e que a Igreja era demasiadamente humana e condicionada pelo tempo. Tal

abordagem hierárquica não conseguiu se impor à luz de um movimento ecumênico fundamental que valorizou o diálogo aberto entre cristãos orientais e ocidentais, e entre cristãos e não cristãos. Recentemente, o Papa Francisco manifestou-se sobre este diálogo:

Amplitude mental, para não se encerrar obsessivamente numas poucas ideias, e flexibilidade para poder modificar ou completar as próprias opiniões. É possível que, do meu pensamento e do pensamento do outro, possa surgir uma nova síntese que nos enriqueça a ambos. A unidade, a que temos de aspirar, não é uniformidade, mas uma “unidade na diversidade”. (Amoris Laetitia, 139; doravante AL)

Em preparação para um debate em torno da natureza da Igreja, no Concílio Vaticano II em 1962, uma comissão teológica preparou um documento de trabalho que foi hierárquico em seu tom e conteúdo. A autoridade, na Igreja, pertencia ao papa em nível mundial e aos bispos nas dioceses. Os leigos não tinham autoridade, exceto a autoridade de obedecer aos bispos e ao papa, rezar, pagar e obedecer. Quando chegou ao Concílio para discussão, esse documento foi rejeitado pelos bispos conciliares como uma forma de falar da Igreja no século XX e retornou à comissão preparatória para ser retrabalhado

em sintonia com o chamado do Papa João XXIII por um aggiornamento da linguagem doutrinal.

No documento final, *Lumen Gentium*, o conceito de Povo de Deus, acolhendo leigos e clérigos, assume precedência à hierarquia.

A totalidade dos fiéis que receberam a unção do Santo (cf. Jo. 2, 20 e 27), não pode enganar-se na fé; e esta sua propriedade peculiar manifesta-se por meio do sentir sobrenatural da fé do povo todo, quando este, ‘desde os Bispos até ao último dos leigos fiéis’ (22), manifesta consenso universal em matéria de fé e costumes. (*Lumen Gentium*, 12)

Os leigos vivem no mundo e envolvem-se em assuntos temporais. “São chamados por Deus para que, aí, exercendo o seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, concorram para a santificação do mundo a partir de dentro, como o fermento” (*Lumen Gentium*, 31). O documento revisto foi aprovado por maioria esmagadora na terceira sessão conciliar, em novembro de 1964, e hoje é Magna Carta de toda reflexão, ensinamento ou comportamento sobre a Igreja pós-conciliar.

Yves Congar, autor que contribuiu grandemente para *Lumen Gentium*, descreve a transição do documento preparatório até a *Lumen Gentium* como uma transi-

ção da prioridade das “estruturas organizacionais e postos hierárquicos” à “prioridade e mesmo a primazia da graça”<sup>1</sup>. Endossamos, de todo o coração, a verdade dessa descrição, porém preferimos uma diferente. A transição é de um modelo jurídico, que enxerga a Igreja como uma instituição hierárquica, para um modelo teológico que a vê como uma comunhão na graça e um mistério a ser sondado na caminhada conjunta sem fim do Povo em busca de uma verdade católica mais plena. É a transição de um foco exclusivo no ofício hierárquico e na autoridade para um foco sobre a corresponsabilidade pela crença e pelo serviço de todo o Povo de Deus. A ênfase buscada, ao se colocarem os capítulos sobre o mistério e o Povo de Deus antes daquele sobre a hierarquia, é uma grande prova da convicção do Concílio de que a Igreja é, primeiramente, uma comunhão misteriosa de fiéis uns com os outros, e de todos eles com Deus em Cristo, antes de ser uma instituição hierárquica. No Concílio Vaticano II, teologicamente a instituição hierárquica deu passagem à comunhão compartilhada.

1 CONGAR, Yves M. J., “The People of God”. In: Vatican II: An Interfaith Appraisal. MILLER John H. (Org.). Notre Dame, Indiana (EUA): University of Notre Dame Press, 1966, p. 199.

O significado católico fundamental de comunhão designa a comunhão de todo o Povo de Deus com Deus em Cristo e seu Espírito. A Igreja é, em primeiro lugar, comunhão com Deus, o Criador, que criou as mulheres e os homens para a participação na comunhão divina, com o Filho que foi enviado para “estabelecer a paz ou a comunhão com Ele e uma sociedade fraterna entre os homens, apesar de pecadores” (Ad Gentes, 3), e com o Espírito Santo que unifica a Igreja em uma “comunhão de fraternidade e serviço” (Lumen Gentium, 4). Ela é, em segundo lugar, como o fruto da comunhão dos fiéis com Deus, uma comunhão na história dos cristãos uns com os outros. Uma nota oficial do Concílio explica que o modelo de Igreja como comunhão não é uma ideia nova, mas uma “ideia que fora sustentada em grande honra na Igreja antiga”<sup>2</sup>.

A Igreja-comunhão católica contemporânea está dividida numa polarização acrimoniosa. A Comissão Teológica Internacional - CTI propõe a sinodalidade como uma forma de conduzir a Igreja para além dessa polarização. Sugere que aquele diálogo honesto, no qual a

2 ABBOTT, Walter M. (Org.) The Documents of Vatican II. Nova York: Guild Press, 1966, p. 99

comunhão prevalece sobre a desunião, é “um âmbito vital em que os conflitos, as tensões e os opostos podem alcançar uma pluriforme unidade que gera nova vida, tornando possível o desenvolvimento de uma comunhão nas diferenças”<sup>3</sup>.

Para construir essa comunhão nas diferenças dentro de uma igreja polarizada, todo o Povo de Deus, incluindo os desafetos, deveria ser convidado à mesa do diálogo. Sem um tal diálogo comunal, a polarização que vem destruindo a comunhão, dividindo a Igreja, continuará existindo. Numa Igreja-comunhão, os líderes-servos devem consultar o Povo de Deus antes de proferir pronunciamentos de autoridade que lhes dizem respeito.

O Papa Francisco acolhe a sinodalidade exemplificada em seus sínodos de 2014 e 2015 como uma marca da Igreja-comunhão. A palavra sínodo é instrutiva. É uma conjunção de duas palavras gregas: *syn*, que significa juntos, e *hodos*, que significa caminhada. Um sínodo, portanto, é um caminhar juntos, e um sínodo da Igreja-comunhão é uma caminhada conjunta de todo o Povo de Deus, leigos e clérigos, no sentido de uma verdade católica mais

plena, embora jamais alcançada. O próprio Papa Francisco modelou este compromisso com uma forma sinodal de diálogo. O diálogo, ensina ele, “nasce de uma atitude de respeito pela outra pessoa, de um convencimento de que o outro tem algo de bom a dizer (...) Para dialogar é preciso saber baixar as defesas, abrir as portas de casa e oferecer calor humano”<sup>4</sup>. O diálogo da Igreja deve acolher não só os bispos e seus teólogos, mas todos os membros competentes da Igreja-comunhão, leigos, clérigos e teólogos que concordam e discordam com o ensino católico sobre questões específicas. Os líderes religiosos devem aprender a apreciar a diversidade teológica e considerar suas contribuições como uma manifestação do Espírito a trabalho na Igreja-comunhão, não como uma ameaça a ser excluída da mesa do diálogo e discernimento. Embora a introdução de ideias que desafiam o ensino oficial possa causar tensão, isso não é outra coisa senão o modo de um povo peregrino avançar na direção de uma posse mais plena da verdade sobre o Deus misterioso e infinito, bem como naquilo sobre o que o Espírito de Deus pode estar se perguntando em um mundo pluralista. O Papa Francis-

3 Comissão Teológica Internacional, “A sinodalidade na vida e na missão da Igreja” (2 de março de 2018), n. 111. Disponível em: <https://bit.ly/3v4cHxD>.

4 Ver: BERGOGLIO, Jorge Mario (Papa Francisco); SKORKA, Abraham. *Sobre o céu e a terra: o que pensa o novo*. São Paulo: Editora Paralela, 2013.

co explica que não devemos temer um “encontro fraterno e um verdadeiro diálogo. Tal busca comum não nos leva para longe da verdade; antes, através de um intercâmbio de dons e sob a guia do Espírito Santo, levar-nos-á para a verdade total (cf. Jo 16, 13)”<sup>5</sup>.

Neste momento de abusos clericais em todo o mundo, chegou a hora de a Igreja abandonar a mentalidade protetiva tridentina da autoridade única dos bispos e seus autores aprovados, e substituí-la pela sinodalidade e pelo diálogo do Papa Francisco em todos os assuntos católicos. A sinodalidade abraça a eclesiologia da comunhão do Concílio Vaticano II que enfoca a caminhada conjunta e a escuta à contribuição de todas as pessoas de boa vontade na Igreja. Isso demanda aquilo que tanto João Paulo II quanto Francisco se referem quando dizem “diálogo na caridade”. Diálogo na caridade, explica João Paulo, é uma busca mútua da verdade “pelo modo que convém à dignidade da pessoa humana”. Num tal diálogo, os participantes “dão a conhecer uns aos outros a verdade que encontraram ou julgam ter encontrado, a fim de se ajudarem mutuamente na inquirição da verdade” (Ut Unum Sint, 18). O conselho de Francisco é que “é

possível que, do meu pensamento e do pensamento do outro, possa surgir uma nova síntese que nos enriqueça a ambos. A unidade, a que temos de aspirar, não é uniformidade, mas uma ‘unidade na diversidade’” (AL, 139). Delegados para sínodos tais, leigos e leigos, clérigos e teólogos seriam eleitos num processo eleitoral comunal.

### **Prática pastoral na Igreja**

À pergunta frequentemente feita sobre se o Papa Francisco alterou algo na tradição católica, damos uma resposta dupla: nada mudou em termos doutrinários, mas mudou a prática pastoral. Não nos deve surpreender esta sua renovação pastoral, pois, desde que se elegeu papa, volta e meia Francisco mostra-se primeiramente um pastor a cuidar de um rebanho turbulento. Em sua ordenação ao bispado, ele escolheu o mote miserando at-que eligendo, sinalizando o desejo e a intenção de ser um pastor misericordioso junto ao rebanho argentino. Após a eleição a Bispo de Roma, ele anunciou 2016 como um ano de misericórdia, sinalizando o desejo e a intenção de expandir a sua abordagem pastoral ao seu rebanho mundial. Francisco descreve as exigências desta aborda-

<sup>5</sup> Ibid.

gem pastoral via metáforas concretas: os pastores devem contrair “o cheiro das ovelhas” (Evangelii Gaudium, 24), devem se sujar “com a lama da estrada” (AL, 308). Sobretudo, devem eles seguir o caminho da “caridade fraterna” (AL 306) marcado por Jesus e seu mandamento: “Vá e faça a mesma coisa” (Lc 10,37). Para Francisco, “o caminho da Igreja é o de não condenar eternamente ninguém; derramar a misericórdia de Deus sobre todas as pessoas que a pedem com coração sincero” (AL, 296; ver: AL, 308). Estamos de pleno acordo com Bartolomeu, Patriarca de Constantinopla, quando diz que *Amoris Laetitia* tem a ver com misericórdia, e não com normas morais<sup>6</sup>. Julgamos que esse documento também espelha uma mudança metodológica em curso na ética teológica católica, mudança de um foco na lei para um foco na virtude. Para ilustrar como ele entende a virtude da misericórdia prática, consideremos o tratamento de Francisco, em AL, dada a consciência e o impacto das circunstâncias concretas sobre o juízo moral e a culpa. Nossa consideração desses tópicos igualmente verifica a nossa tese desta seção: não

<sup>6</sup> Ver: WOODEN, Cindy. “Orthodox Patriarch: ‘Amoris Laetitia’ is Firstly about Mercy, not Just Norms”. *Crux*, 4 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3l4PAhF>.

há nenhum novum doutrinal em AL, mas há um novum pastoral poderoso.

Já no século XIII, Tomás de Aquino estabeleceu a autoridade e a inviolabilidade da consciência. “Qualquer pessoa a quem as autoridades eclesíásticas, na ignorância dos fatos verdadeiros, impuserem uma exigência que afronte contra a sua consciência limpa pereça em excomunhão, em vez de violar sua consciência”<sup>7</sup>. No século XX, o Concílio Vaticano II acrescentou a sua autoridade, declarando inviolável a consciência.

O homem [e a mulher] ouve e reconhece os ditames da lei divina por meio da consciência, que ele deve seguir fielmente em toda a sua atividade, para chegar ao seu fim, que é Deus. Não deve, portanto, ser forçado a agir contra a própria consciência. Nem deve também ser impedido de atuar segundo ela, sobretudo em matéria religiosa. (*Dignitatis Humanae*, 3)

Na década de 1960, essas palavras eram ouvidas raramente nos círculos magisteriais, mas são palavras profundamente enraizadas na tradição moral católica.

O Papa Francisco tem plena ciência dessa antiga doutrina católica e não há novidade quando ele a destaca

<sup>7</sup> Tomás de Aquino, In IV Sent, d. 38, q. 2, a. 4.

em AL. “Também nos custa”, diz Francisco, “deixar espaço à consciência dos fiéis, que muitas vezes respondem o melhor que podem ao Evangelho no meio dos seus limites e são capazes de realizar o seu próprio discernimento perante situações” (AL, 37). E acrescenta que nós, os pastores da Igreja, “somos chamados a formar as consciências, não a pretender substituí-las”. O papa declara que “a consciência das pessoas deve ser melhor incorporada na práxis da Igreja em algumas situações que não realizam objetivamente a nossa concepção do matrimônio”, pois a consciência pode

reconhecer também, com sinceridade e honestidade, aquilo que, por agora, é a resposta generosa que se pode oferecer a Deus e descobrir com certa segurança moral que esta é a doação que o próprio Deus está a pedir no meio da complexidade concreta dos limites, embora não seja ainda plenamente o ideal objetivo. (AL, 303)

Ele não se esquia de propor um ideal moral, mas também não se esquia de implorar que os pastores acompanhem as pessoas em suas caminhadas espirituais e morais (AL, 241-246; 300) e mostrem “compreensão pelas situações excepcionais”. O papa defende que tal compreensão e misericórdia “não implica jamais es-

conder a luz do ideal mais pleno, nem propor menos de quanto Jesus oferece ao ser humano” (AL, 307).

Esta frase de Francisco – “no meio da complexidade concreta” – é a sua articulação do magistério no Catecismo da Igreja Católica. “A imputabilidade e responsabilidade dum ato podem ser diminuídas, e até anuladas, pela ignorância, a inadvertência, a violência, o medo, os hábitos, as afeições desordenadas e outros fatores psíquicos ou sociais”<sup>8</sup>. Na tradição moral católica estabelecida, qualquer decisão consciente deve discernir não apenas a verdade moral objetiva proposta a ela como também toda a circunstância subjetiva relevante em que a ação moral acontece. Essa tradição moral de longa data é, hoje, validada pelos dados de pesquisa da neurociência cognitiva contemporânea, em que há evidências de que o cérebro “põe restrições funcionais em todos os processos de pensamento e, portanto, na forma como experienciamos a religião, a espiritualidade e a teologia”<sup>9</sup>. Não nos deve surpreender, portanto, ver o Papa Francisco claramente ensinar essa doutrina sob variadas formas, sem, de maneira alguma, diminuir a doutrina moral católica.

<sup>8</sup> Catecismo da Igreja Católica, n. 1735.

<sup>9</sup> NEWBERG, Andrew B. *Principles of Neurotheology*. Burlington, Vermont (EUA): Ashgate, 2010, p. 84.

A Igreja, sustenta ele, “possui uma sólida reflexão sobre os condicionamentos e as circunstâncias atenuantes. Por isso, já não é possível dizer que todos os que estão numa situação chamada ‘irregular’ vivem em estado de pecado mortal, privados da graça santificante”. Importa perceber que ele acrescenta a pobreza sistêmica às circunstâncias atenuantes, que limitam a capacidade de tomar decisões morais plenamente informadas (AL, 294).

A autoridade absoluta e a inviolabilidade de uma consciência sincera e informada e o impacto modificador das circunstâncias sobre a culpa há tempos são doutrinas morais católicas, e o Papa Francisco simplesmente as tirou das sombras, onde definharam durante séculos, e as pôs diretamente na dianteira da prática pastoral moral católica. Seguindo a prática de Jesus e a sua instrução “vá e faça a mesma coisa”, ele abandonou o método moral que enfoca unicamente a lei e pediu que a Igreja caminhe junto com ele por meio do acompanhamento e dos synodos, focando-se na graça e na virtude, em especial as virtudes do amor, da prudência, da compaixão e da misericórdia.

## As éticas social e sexual da Igreja

No voo de volta de sua visita à África, perguntaram ao Papa Francisco se a Igreja não deveria cogitar uma mudança em sua proibição absoluta do uso de preservativos para evitar a disseminação do HIV/Aids. Ele respondeu que a pergunta lhe parecia pequena demais. O primeiro problema na África, e, na verdade, em todo o mundo, é muito maior e mais complexo do que o uso de preservativos. O primeiro problema é “a desnutrição, a exploração das pessoas, o trabalho escravo, a falta de água potável: estes são os problemas”<sup>10</sup>. O segundo problema é a relação entre o direito canônico e a dignidade humana. Francisco lembrou uma pergunta capciosa que um fariseu formulou a Jesus. “É permitido fazer cura em dia de sábado?” (Mt 12,10). Jesus responde que qualquer um resgataria sua ovelha no sábado e expressa que “um homem vale muito mais do que uma ovelha!” (12,12). “Praticai a justiça” é a resposta de Francisco, e “quando todos estiverem curados, quando não houver injustiça neste mundo, podemos falar do sábado”<sup>11</sup>. A resposta de

10 O’CONNELL, Gerard. “Pope Francis on Paris Climate Change Summit: ‘It’s Either Now or Never’”. America, 30 de novembro, 2015.

11 Ibid.

Jesus é profética, e assim é a de Francisco. Ela prenuncia uma mudança na forma como o magistério católico e os teólogos morais deveriam priorizar as questões relativas à justiça social e à ética sexual.

A resposta do Papa Francisco salienta algumas das inconsistências metodológicas morais, as quais os eticistas católicos há tempos observaram, entre o ensino social católico e o ensino sexual católico. Desde o Concílio Vaticano II, a ética social católica guia-se amplamente por princípios, foca-se na relação, é dinâmica, desenvolvimental e indutiva; a ética sexual católica continuou a orientar-se enormemente pela lei, sendo legalista, focada na legislação, estática e dedutiva. Esta separação metodológica entre as éticas social e sexual católicas é, defendemos, superada em AL. Desenvolvemos esse argumento via exploração de sua integração antropológica e metodológica do ensino social e sexual católico.

Amoris Laetitia está em continuidade com os desdobramentos antropológicos dos ensinamentos social e sexual católicos e edifica-se sobre estes desdobramentos. A pessoa humana é um sujeito livre, não um objeto (33; 153), em corporeidade (151), em relação com o mundo material (277), com os outros (187-198), com grupos sociais (222) e consigo mesmo (32), criado à imagem e

semelhança de Deus (10), um ser histórico (193), fundamentalmente singular porém igual a todos os demais (54). Há, entretanto, também desdobramentos antropológicos sexuais fundamentais aqui. Em suas normas prescritivas absolutas, a antropologia sexual católica tradicional prioriza a função biológica do ato sexual em detrimento dos seus significados relacionais. Francisco enfatiza o relacional e o espiritual na tomada de decisão moral. Isso fica particularmente evidente em seu foco na consciência pessoal, no discernimento e na virtude.

A mudança de foco, que incidia sobre as regras e os atos para incidir sobre a virtude, é uma outra mudança antropológica e metodológica fundamental em AL. A virtude enfoca primeiramente o caráter da pessoa, não os seus atos; enfoca o ser, não o fazer. Mas ainda existe uma dialética em curso entre virtude e atos. Os atos são importantes, dado que tanto refletem quanto, quando repetidos, moldam o caráter virtuoso. A ética da virtude, os agentes morais e seus caracteres vêm em primeiro lugar, e as suas ações morais vêm em segundo; a ação segue-se ao ser<sup>12</sup>. O foco, em AL, não incide nos atos e nas

<sup>12</sup> Ver: SALZMAN, Todd A.; LAWLER, Michael G. *Virtue and Theological Ethics: Toward a Renewed Moral Method*. Maryknoll, Nova York: Orbis Books, 2018.

regras, mas nas formas de ser no mundo, onde a pessoa é convidada a se esforçar para viver uma vida como Cristo, de serviço a Deus, à família, ao próximo e à sociedade, o tempo todo compreendendo que a misericórdia divina é infinita, caso fiquemos aquém. Francisco reflete sobre a passagem de São Paulo acerca da natureza do verdadeiro amor (1 Cor 13,4-7) e das virtudes associadas a ela. O amor é paciente, generoso, indulgente; o amor não é ciumento, orgulhoso ou rude. Vale notar que a virtude da castidade, tão central na abordagem católica tradicional ao amor e sexualidade e tantas vezes aplicada como uma submissão a leis proibitivas da Igreja sobre a sexualidade, é mencionada uma única vez em AL e no contexto de ser “condição preciosa para o crescimento genuíno do amor interpessoal” (AL, 206). Em vez de um foco na castidade, há um foco maior nas virtudes do amor (AL, cap. 4), da misericórdia (AL, 27, 47, 300, 306), da compaixão (AL, 28, 92, 308), da reconciliação (AL, 106, 236, 238), do perdão (AL, 27, 236, 268) e da prudência (AL, 262). É a virtude cardeal da prudência que discerne os primeiros princípios da moralidade, aplica-os a situações particulares e capacita a consciência a fazer juízos práticos de que isto é a coisa certa a fazer nesta ocasião e com esta boa

intenção<sup>13</sup>. Não é difícil ver como ela é um cardo essencial ou ponto principal em torno do qual gira o juízo prático da consciência e sua escolha virtuosa certa.

O cardeal Christoph Schönborn, de Viena, crê que AL “é o grande texto de teologia moral que aguardamos desde os dias do Concílio Vaticano II”<sup>14</sup>. O texto reafirma o foco do ensino social católico sobre o raciocínio indutivo, sobre a consciência histórica e uma apreciação da cultura, da experiência e das ciências, e faz uma mudança metodológica que vai de um método dedutivo para um método moral indutivo. O raciocínio dedutivo começa com uma definição da dignidade humana aceita universalmente e com princípios ou normas universais que facilitam ou frustram o seu resultado. O raciocínio indutivo começa com definições da dignidade humana particulares, sociais e contextuais e formula e justifica normas que facilitam ou frustram o seu resultado. O raciocínio indutivo começa com situações particulares para atingir convicções universais. “É mesquinho”, observa Francisco, “deter-se a considerar apenas se o agir duma pessoa

13 Tomás de Aquino, ST II-II, q. 47, a. 6.

14 WOODEN, Cindy, “‘Amoris Laetitia’ at Three Months: Communion Question Still Debated.” National Catholic Reporter, 7 de julho de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3rAcO1D>.

corresponde ou não a uma lei ou norma geral, porque isto não basta para discernir e assegurar uma plena fidelidade a Deus na existência concreta dum ser humano” (AL, 304). Devemos começar com a realidade contextual particular da pessoa humana para discernir que regra aplicar ou qual regra precisa ser formulada na abordagem da realidade.

Amoris Laetitia cita, com aprovação, pela primeira vez no ensino sexual católico, a advertência de Aquino segundo a qual, embora exista a necessidade em princípios gerais, quanto mais descemos aos particulares, tanto mais frequentemente encontramos defeitos. “No âmbito da ação, a verdade ou a retidão prática não são iguais em todas as aplicações particulares, mas apenas nos princípios gerais (...) Quanto mais se desce ao particular, tanto mais aumenta a indeterminação” (AL, 304)<sup>15</sup>. Frequentes vezes este princípio de Aquino foi citado por teólogos morais católicos para refutar a defesa de normas sexuais absolutas. Ao citar esse texto de Aquino, o Papa Francisco admoesta contra uma abordagem dedutiva, em que uma regra aplica-se a tudo, em relação à tomada de decisão moral e salienta a importância de uma aborda-

gem indutiva que considere os contextos particulares e as circunstâncias.

### **Mudança climática e de Igreja**

Em 2015, 175 países ratificaram o Acordo Climático de Paris que detalha o desastre pendente que as mudanças no clima impõem ao planeta e às pessoas, especialmente os pobres de todos os países. O documento enfatiza a necessidade de um esforço cooperativo internacional para a redução das emissões de gases de efeito estufa para salvar o planeta e seus habitantes. Nesse mesmo ano, Francisco emitiu sua encíclica sobre a mudança climática, *Laudato Si'* (doravante LS), documento que, para Jeffrey Sachs, um dos principais economistas do mundo, “inspira e fala de maneira muito direta às nossas necessidades urgentes”<sup>16</sup>.

Duas compreensões morais equivocadas levaram à crise ecológica atual. A primeira é o relativismo, “patologia que impele uma pessoa a aproveitar-se de outra e a tratá-la como mero objeto” (LS, 123). Este relativismo se

15 Ver: Tomás de Aquino, *Suma teológica*, I-II, q. 94, a. 4.

16 WHITE, Christopher. “Jeffrey Sachs: On *Laudato Si'*”. *Crux*, 30 de junho de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3eqcUW6>.

estende ao meio ambiente, que os seres humanos tratam como um mero objeto para a satisfação de suas necessidades imediatas. O Papa Francisco declara que “entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada” (LS, 2). A segunda compreensão moral equivocada é um “antropocentrismo desordenado” que “gera um estilo de vida desordenado” (LS, 122), o qual substitui a criação como centro da realidade pelos seres humanos. “Quando o ser humano se coloca no centro”, declara Francisco, “acaba por dar prioridade absoluta aos seus interesses contingentes, e tudo o mais se torna relativo” (LS, 122). Ele convida todos os fiéis a “uma conversão ecológica, que comporta deixar emergir, nas relações com o mundo que os rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus” (LS, 217).

O Papa João Paulo II introduziu o termo “conversão ecológica” ao ensino católico oficial, pretendendo, com ele, uma maior sensibilidade para com o desastre ecológico que desafia a humanidade. Para entender essa conversão ecológica, devemos primeiramente entender o termo ecologia.

Ecologia deriva do grego *oikos*-casa, como no subtítulo de *Laudato Si'*, “sobre o cuidado da casa comum”, porém tem um significado biológico estreito bem como

um significado teológico mais amplo. Biologicamente, designa a inter-relação entre todos os organismos naturais, incluindo os humanos, e seu ambiente. Teologicamente, o termo reconhece o ambiente como criação divina e pede que os seres humanos cuidem dele, orientados pelas virtudes ecológicas da gratidão e do amor pela criação, pela responsabilidade mútua da casa comum e por justiça para todos que a compartilham, especialmente os pobres e vulneráveis que são sempre os mais prejudicados quando a criação é prejudicada. Para Francisco, uma conversão ecológica convida a um reconhecimento de que a criação é uma dádiva divina de amor e que nós somos chamados a imitar a generosidade de Deus no cuidado dela.

A conversão, afastando-se do pecado, incluído o pecado da exploração da *oikos*-casa criada por Deus, está no centro da teologia cristã. A conversão religiosa, o apaixonar-se por Deus, nos convida a apaixonarmo-nos não só por Deus como também pela criação de Deus; convida-nos a cuidar dela e a arrepender-nos dos nossos “próprios erros, pecados, vícios ou negligências” (LS, 218). A conversão ecológica, a conversão para o cuidado da criação, é central para a fé cristã contemporânea. O objetivo último, ensina Francisco, é nos convenceremos de

que não somos separados das outras criaturas, mas que formamos “com os outros seres do universo uma estu-  
penda comunhão universal” (LS, 220). Na presente crise ecológica, devemos sempre estar cientes do quão fácil é nos distrair do amor de Deus e da sua criação como decorrência do amor-próprio e do uso egoísta da criação para benefício pessoal.

Um valor católico importante é a dignidade igual de toda e cada pessoa humana; um segundo é o valor de todos os animais e plantas criados por Deus que possuem “valor em si mesmos” (LS, 33); e um terceiro é uma inter-relação saudável entre eles todos. Todas as criaturas e o meio ambiente compartilhado sofrem os impactos negativos da mudança climática que produz alterações nos padrões climáticos, os quais, por sua vez, impactam as plantações e a produção de alimentos e provocam tempestades mais frequentes e mais severas, elevando os níveis dos mares. Montanhas de lixo tóxico, resultado da poluição decorrente de um consumismo desenfreado, são liberadas nos sistemas aquáticos, aterros e mares, causando mais dano ambiental. Grande parte desse lixo tóxico tem sido enviado a países pobres cujos cidadãos pobres são os mais vulneráveis aos seus efeitos devastadores ambientais e à saúde. A conversão moral convida ao amor

presente nos evangelhos exigido junto ao próximo, especialmente os pobres e vulneráveis, por uma relação responsável e sadia e por medidas corretivas para a proteção do meio ambiente.

Valores sociais, como o bem da ordem de toda comunidade, assumem precedência sobre quaisquer valores individualistas dos membros da comunidade. Eis o argumento do bem comum do pensamento social católico, “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição” (Gaudium et Spes, 26; LS, 156). A dignidade humana é fundacional para o bem comum, mas ela só pode ser alcançada plenamente nas relações que põem restrições àquilo que cada indivíduo pode demandar da comunidade. O alcance dos valores sociais requer uma priorização da comunidade em detrimento de valores individualistas ou dos desejos. Muitas vezes os valores individualistas modelam a cultura e promovem uma priorização distorcida da relação entre indivíduo e comunidade. Esta priorização distorcida do indivíduo em detrimento da comunidade, o lucro individual em detrimento da sustentabilidade societal, tem contribuído grandemente para a crise ecológica que enfrentamos hoje. A economia, e aqueles que têm o poder

de moldá-la, “assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano” (LS, 109). A priorização do lucro, e daqueles que dele se beneficiam, em detrimento do bem comum e da proteção do meio ambiente exige uma conversão moral que, por seu turno, requer “mudanças profundas nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades” (LS, 5). Cada ser humano individual é chamado a adotar uma vida mais simples à maneira de São Francisco de Assis (LS, 10), para quem menos é mais (LS, 222) ou, à maneira de Mahatma Gandhi, quem convidou a todos a “viver simplesmente para que os outros simplesmente possam”.

Francisco chama todos os fiéis à solidariedade e à justiça, essa “firme vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido”,<sup>17</sup> à irmã terra que está “entre os pobres mais abandonados e maltratados” (LS, 2) e aos pobres de fato, os quais o papa descreve como os que mais sofrem com os efeitos devastadores das mudanças climáticas (LS, 132). Um modo eficiente e concreto de amar a Deus, sugerimos, é amar a sua criação e cuidá-

-la; e um modo de amar o próximo como a si mesmo é amar e cuidar da criação-oikos-casa. Aqui, devemos ter o cuidado de não amar e cuidar dos pobres e vulneráveis apenas dando-lhes esmolas para o seu sustento. Com certeza devemos fazer isso, mas devemos também buscar tirá-los da pobreza dando a eles educação e formação profissional para capacitá-los a entrar e contribuir em suas comunidades. O princípio de subsidiariedade prescreve que uma comunidade de ordem mais elevada não deve privar uma comunidade de ordem inferior das suas funções próprias, mas apoiá-la em função do bem comum. A crise ecológica é um caso claro no qual os países menos poderosos da terra estão desamparados diante da crise e precisam desesperadamente da ajuda dos mais ricos para resolvê-la.

<sup>17</sup> Catecismo da Igreja Católica, n. 1807.

## Conclusão

Neste ensaio, sustentamos que o Papa Francisco nada alterou doutrinariamente na Igreja Católica, mas que mudou, ou pelo menos buscou mudar, a abordagem da Igreja junto ao seu rebanho turbulento. Tendo se sujado “com a lama da estrada [argentina]” (AL, 308), ao invés de se contentar com regras absolutas, “pedras que se atiram contra a vida das pessoas” (AL, 305), a sua abordagem é a misericórdia, a compreensão, a compaixão e o encorajamento da lei da gradualidade, de João Paulo II, a saber, que o ser humano “conhece, ama e cumpre o bem moral segundo etapas de crescimento” (Familiaris Consortio, 34; AL, 295). Leis morais definem os ideais da vida humana, mas

consciente também da fragilidade de muitos dos seus filhos [a Igreja dirige-se com amor àqueles que participam na sua vida de modo incompleto, reconhecendo que a graça de Deus também atua nas suas vidas, dando-lhes a coragem para fazer o bem, cuidar com amor um do outro e estar ao serviço da comunidade onde vivem e trabalham. (AL, 291)

Em meio a toda a complexidade da vida humana, Francisco não tem dúvida: “A caridade fraterna é a primeira lei dos cristãos” (AL, 306; João 15,12; Gál 5,14) e esta caridade deve acolher também a oikos-casa.



**Michael G. Lawler** é professor emérito em Teologia na Universidade de Creighton. Publicou em coautoria com Todd A. Salzman *The Sexual Person: Toward a Renewed Catholic Anthropology* (Georgetown, 2008), livro este também publicado em português com o título “A Pessoa sexual. Por uma antropologia católica renovada” (Editora Unisinos, 2012); *Sexual Ethics: A Theological Introduction* (Georgetown, 2012); *The Church in the Modern World: Gaudium et spes Then and Now* (Liturgical Press, 2014); *Virtue and Theological Ethics: Toward a Renewed Ethical Method* (Orbis, 2018); *Introduction to Theological Ethics: Foundations and Applications* (Orbis, 2019); e *Pope Francis and the Transformation of Health Care Ethics* (Georgetown, 2021). Eles também publicaram uma série de artigos acadêmicos nos

periódicos *Theological Studies*, *Heythrop Journal*, *Louvain Studies*, *Horizons*, *Irish Theological Quarterly*, *America*, and *Commonweal*.



**Todd A. Salzman** é professor emérito em Teologia na Universidade de Creighton. Publicou em coautoria com Michael G. Lawler *The Sexual Person: Toward a Renewed Catholic Anthropology* (Georgetown, 2008), livro este também publicado em português com o título “A Pessoa sexual. Por uma antropologia católica renovada” (Editora Unisinos, 2012); *Sexual Ethics: A Theological Introduction* (Georgetown, 2012); *The Church in the Modern World: Gaudium et spes Then and Now* (Liturgical Press, 2014); *Virtue and Theological Ethics: Toward a Renewed Ethical Method* (Orbis, 2018); *Introduction to Theological Ethics: Foundations and Applications* (Orbis, 2019); e *Pope Francis and the Transformation of Health Care Ethics* (Georgetown, 2021). Eles também publicaram uma série de artigos acadêmicos nos

periódicos *Theological Studies*, *Heythrop Journal*, *Louvain Studies*, *Horizons*, *Irish Theological Quarterly*, *America*, and *Commonweal*.

## Outras contribuições dos autores no Instituto Humanitas Unisinos – IHU

LAWLER, Michael G.; SALZMAN, Todd A.; Sinalização do início de abertura na Igreja. Entrevista publicada por **Revista IHU On-line**, nº 483, em 21 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/553964-sinalizacao-do-inicio-de-abertura-na-igreja>

\_\_\_\_\_. Teólogos propõem uma nova moralidade sexual. Artigo publicado por **IHU Online**, em 20 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/512628-teologos-propoem-uma-nova-moralidade-sexual>

\_\_\_\_\_. Por uma nova moralidade sexual. Entrevista especial com Todd Salzman e Michael Lawler. Entrevista publicada por **IHU Online**, em 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/517726-por-uma-nova-moralidade-sexual-entrevista-especial-com-todd-salzman-e-michael-lawler->

\_\_\_\_\_. A maneira católica de escolher o bem. Artigo de Michael G. Lawler e Todd A. Salzman. Artigo publicado por **IHU Online**, em 02 de março de 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/540325-a-maneira-catolica-de-escolher-o-bem>

\_\_\_\_\_. Papa Francisco e a mudança na teologia moral. Da ética sexual para a ética social. Entrevista especial com Todd A. Salzman e Michael G. Lawler. Entrevista publicada por **IHU Online**, em 25 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/542901-papa-francisco-e-a-mudanca-na-teologia-moral-da-etica-sexual-para-a-etica-social-entrevista-especial-com-todd-a-salzman-e-michael-g-lawler>

\_\_\_\_\_. "Amoris laetitia" e o empoderamento das consciências católicas. Artigo de Michael G. Lawler e Todd A. Salzman. Artigo publicado por **IHU Online**, em 10 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/559945-amoris-laetitia-e-o-empoderamento-das-consciencias-catolicas-artigo-de-michael-g-lawler-e-todd-a-salzman>

## Cadernos Teologia Pública

N. 1 Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI – Johan Konings, SJ

N. 2 Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista – Maria Clara Bingemer

N. 3 A Teologia e a Origem da Universidade – Martin N. Dreher

N. 4 No Quarentenário da Lumen Gentium – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM

N. 5 Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner – Érico João Hammes

N. 6 Teologia e Diálogo Inter-Religioso – Cleusa Maria Andreatta

N. 7 Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica – José Roque Junges, SJ

N. 8 Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos – Carlos Ribeiro Caldas Filho

N. 9 Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões – Rudolf Eduard von Sinner

N. 10 O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso – Michael Amaladoss, SJ

N. 11 A teologia em situação de pós-modernidade – Geraldo Luiz De Mori, SJ

N. 12 Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema – Pedro Gilberto Gomes, SJ

N. 13 Teologia e Ciências Sociais – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

N. 14 Teologia e Bioética – Santiago Roldán García

N. 15 Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos – David Eduardo Lara Corredor

N. 16 Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento – João Batista Libânio, SJ

N. 17 Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

N. 18 Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II – Paulo Suess

N. 19 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 1ª parte – Manfred Zeuch

N. 20 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 2ª parte – Manfred Zeuch

N. 21 Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo – Karl-Josef Kuschel

N. 22 Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs – Jacques Arnould

N. 23 Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

N. 24 O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica – Walter Ferreira Salles

N. 25 A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM

N. 26 Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski – Joe Marçal Gonçalves dos Santos

N. 27 Música e Teologia em Johann Sebastian Bach – Christoph Theobald

N. 28 Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas – Karl-Josef Kuschel

N. 29 Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino – Ana María Formoso

N. 30 Espiritualidade e respeito à diversidade – Juan José Tamayo-Acosta

N. 31 A moral após o individualismo: a anarquia dos valores – Paul Valadier

N. 32 Ética, alteridade e transcendência – Nilo Ribeiro Junior

N. 33 Religiões mundiais e Ethos Mundial – Hans Küng

N. 34 O Deus vivo nas vozes das mulheres – Elisabeth A. Johnson

N. 35 Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica – Victor Hugo Mendes

N. 36 Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois – Joseph Comblin

N. 37 Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla – João Batista Libânio

N. 38 O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas – Peter C. Phan

N. 39 Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo – Paulo Suess

N. 40 Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha – Benedito Ferraro

N. 41 Espiritualidade cristã na pós-modernidade – Ildo Perondi

N. 42 Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta – Ildo Perondi

N. 43 A Cristologia das Conferências do Celam – Vanildo Luiz Zugno

N. 44 A origem da vida – Hans Küng

N. 45 Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga – Maria Cristina Giani

N. 46 Ciência e Espiritualidade – Jean-Michel Maldamé

N. 47 Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana – Antônio Cechin

N. 48 Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff – Águeda Bichels

N. 49 Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos – Karl-Josef Kuschel

N. 50 “Íte, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão – Cesare Girauda, SJ

N. 51 O Deus vivo em perspectiva cósmica – Elizabeth A. Johnson

N. 52 Eucaristia e Ecologia – Denis Edwards

N. 53 Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje – José A. Zamora

N. 54 Mater et Magistra – 50 Anos – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo

N. 55 São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I – Daniel Marguerat

N. 56 Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum” – Andrea Grillo

N. 57 Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã – Elizabeth A. Johnson

N. 58 As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo – Christoph Theobald

N. 59 Deus e a criação em uma era científica – William R. Stoeger

N. 60 Razão e fé em tempos de pós-modernidade – Franklin Leopoldo e Silva

N. 61 Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura – Karl-Josef Kuschel

N. 62 Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição – Luigi Perissinotto

N. 63 A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico – Felix Wilfred

N. 64 Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea – François Euvé

N. 65 O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade – Marco Lucchesi

N. 66 Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno – Mary E. Hunt

N. 67 Silêncio do deserto, silêncio de Deus – Alexander Nava

N. 68 Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites – Jean-Louis Schlegel

N. 69 (Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual – Degislando Nóbrega de Lima

N. 70 Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet – Moisés Sbardelotto

N. 71 Rumo a uma nova configuração eclesial – Mario de França Miranda

N. 72 Crise da racionalidade, crise da religião – Paul Valadier

N. 73 O Mistério da Igreja na era das mídias digitais – Antonio Spadaro

N. 74 O seguimento de Cristo numa era científica – Roger Haight

N. 75 O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa – Peter C. Phan

N. 76 50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro – José Maria Vigil

N. 77 As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja – Christoph Theobald

- N. 78 As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã – George V. Coyne
- N. 79 Papa Francisco no Brasil – alguns olhares
- N. 80 A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades – André Wénin
- N. 81 Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II – Victor Codina
- N. 82 O lugar da mulher nos escritos de Paulo – Eduardo de la Serna
- N. 83 A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel – Élcio Verçosa Filho
- N. 84 O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota” – Renato Ferreira Machado
- N. 85 Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica – Alexandra Lima da Silva & Rhaisa Marques Botelho Lobo
- N. 86 Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II – Peter C. Phan
- N. 87 O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25 – André Wénin
- N. 88 Política e perversão: Paulo segundo Žižek – Adam Kotsko
- N. 89 O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39 – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer – John W. O’Malley
- N. 91 Religiões brasileiras no exterior e missão reversa – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek – Adam Kotsko
- N. 93 O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas – José Oscar Beozzo
- N. 94 Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco – John O’Malley
- N. 95 “Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente – Massimo Faggioli
- N. 96 As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral

N. 97 500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas – Vítor Westhelle

N. 98 O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo – Gilles Routhier

N. 99 Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição *Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori

N. 100 O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da *Gaudium et Spes* – Afonso Murad

N. 101 Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo – Elias Wolff

N. 102 A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II – Flávio Martinez de Oliveira

N. 103 O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje! – Emerson Sbardelotti Tavares

N. 104 A exortação apostólica *Evangelii Gaudium*: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II – Christoph Theobald

N. 105 Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer – Ney Brasil Pereira

N. 106 Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma

forma de autorrealização da Igreja – Rejane Maria Dias de Castro Bins

N. 107 O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia – Antonio Manzatto

N. 108 Morte como descanso eterno – Luís Inácio João Stadelmann

N. 109 Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica – Guillermo Kerber

N. 110 A Encíclica *Laudato Si'* e os animais - Gilmar Zampieri

N. 111 O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae* e *Amoris Laetitia* – Andrea Grillo

N. 112 O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco – Christoph Theobald

N. 113 Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos – Roberto E. Zwetsch

N. 114 *Laudato Si'*, o pensamento de Morin e a complexidade da realidade – Giuseppe Fumarco

N. 115 A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas – Castor Bartolomé Ruiz

N. 116 A Igreja em um contexto de “Reforma digital”: rumo a um *sensus fidelium digitalis*? Moisés Sbardelotto

N. 117 *Laudato Si’* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência? – Gaël Giraud e Philippe Orliange

N. 118 Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi

N. 119 A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow

N. 120 Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política – Amos Yong

N. 121 Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída – Tea Frigerio

N. 122 Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental – Colby Dickinson

N. 123 A sensibilidade religiosa de Thoreau – Edward F. Mooney

N. 124 Diáconas na Igreja Maronita – Phyllis Zagano

N. 125 Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 126 Teologalidade das resistências e lutas populares – Francisco de Aquino Júnior

N. 127 A glória como arcano central do poder e os vínculos entre oikonomia, governo e gestão – Colby Dickinson

N. 128 O Princípio Pluralista – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 129 Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética – Ivone Gebara

N. 130 Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben – Joel Decothé Junior

N. 131 A Heterodoxia do Pseudo-Dionísio: hierarquia e burocracia na Teologia Medieval – Gerson Leite de Moraes e Daniel Nagao Menezes

N. 132 O pensamento de Jorge Mario Bergoglio. Os desafios da Igreja no mundo contemporâneos – Massimo Borghesi

N. 133 Os documentos eclesiais pós-sinodais “*Familiaris Consortio*” de Wojtyła e “*Amoris Laetitia*” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial – José Roque Junges

- N. 134 A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco – Massimo Faggioli
- N. 135 A ética social do Papa Francisco: O Evangelho da misericórdia segundo o espírito de discernimento – Juan Carlos Scannone S.I.
- N. 136 Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral – Todd A. Salzman e Michael G. Lawler
- N. 137 A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii gaudium – Paulo Suess
- N. 138 O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial” – Andrea Grillo
- N. 139 A Opção de Francisco: como evangelizar um mundo em mudança? – Austen Ivereigh
- N. 140 A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas – Andrea Grillo
- N. 141 Franciscus non cantat: Um discurso, alguns percursos e ressonâncias acerca da música litúrgica pós-conciliar – Márcio Antônio de Almeida
- N. 142 Para além do limiar do Templo: apontamentos éticos para uma pastoral em modo on-line – Thiago Isaias Nóbrega de Lucena e José Joanees Souza Oliveira
- N. 143 A Conversão de Agostinho de Hipona, interpretada em reflexões sobre a expressão *Intellige Ut Credas* – Orlando Polidoro Junior
- N. 144 Teologia Pública e Práxis Pastoral: considerações em vista de uma Pastoral Pública - Luis Carlos Dalla Rosa
- N. 145 O debate sobre o princípio pluralista: um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações - Claudio de Oliveira Ribeiro
- N. 146 Juventudes e vivência ecumênica - Rosemary Fernandes da Costa
- N. 147 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte I - O fim de um mundo? - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães
- N. 148 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte II - As dores do parto - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães
- N. 149 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte III - Vinho novo, odres novos - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães

